COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a
Universidade Tecnológica de
Hortolândia/SP.

Autor: Deputado VICENTINHO

Relator: Deputado ALEX CANZIANI

I - RELATÓRIO

Este projeto de lei, de autoria do Nobre Deputado Vicentinho autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Tecnológica de Hortolândia, Estado de São Paulo.

O projeto foi distribuído inicialmente à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, onde recebeu parecer favorável do relator, o Ilustre Deputado Cláudio Magrão. O parecer foi aprovado pelo plenário da Comissão.

Nesta Comissão de Educação e Cultura não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Do ponto de vista do mérito justifica-se, plenamente, a aprovação deste projeto de lei.

Porém, a criação de instituições de ensino federais por iniciativa do Poder Legislativo fere frontalmente a Constituição.

Quando não subsiste dúvida quanto à inconstitucionalidade de dada proposição cabe a todas as comissões ou parlamentares rejeitá-la e, assim, fazer cumprir a Constituição, mesmo que concordem com o seu mérito.

A criação de instituições por projetos de lei de iniciativa de Poder Legislativo, inclusive por intermédio dos chamados “projetos autorizativos”, é “coisa julgada” no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e, globalmente, da Câmara dos Deputados. Em casos como este, não se avalia a constitucionalidade de uma proposição, mas se cumpre a lei.

Por isto, no que diz respeito à criação de instituições federais de ensino, a Comissão de Educação e Cultura houve por bem revalidar, em março de 2005 e Abril de 2007, a súmula nº 1/2001, ampliada nesta última data.

Dispõe a súmula:

“Por implicar a criação de órgãos públicos, e, obviamente, em cargos, funções empregos, além de acarretar aumento de despesa, a iniciativa legislativa da criação de escolas, em qualquer nível ou modalidade de ensino é privativa do Poder Executivo (Ver art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal)

Projetos de lei desse teor são meramente autorizativos e, portanto, inócuos, pois não geram nem direitos nem obrigações.

.....
Portanto, o Parecer do Relator de um PL que vise a criação de escola pública, em qualquer nível ou modalidade de ensino, deverá concluir pela rejeição da proposta.

A criação de escolas deve ser sugerida na proposição do tipo do tipo INDICAÇÃO, a ser encaminhada ao Poder Executivo (ver RI/CD art. 113).”

Entretanto, considerando o mérito da proposta e nossa intenção de apoiá-la, nada impede que a Comissão de Educação e Cultura encaminhe, em seu nome, indicação ao Poder Executivo sugerindo a criação da instituição em epígrafe.

Portanto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Leis, concomitante, propomos a este plenário, a Indicação em anexo de autoria da própria Comissão de Educação e Cultura

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado ALEX CANZIANI
Relator

REQUERIMENTO
(DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a criação da Universidade Tecnológica de Hortolândia, Estado de São Paulo.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a., em nome da Comissão de Educação e Cultura, seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo a criação da Universidade Tecnológica de Hortolândia, Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado GASTÃO VIEIRA
Presidente da Comissão

INDICAÇÃO Nº , DE 2007
(Da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados)

Sugere a criação da Universidade Tecnológica de Hortolândia, no Estado de São Paulo.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura:

O Nobre Deputado Vicentinho apresentou projeto de lei com objetivo de criar a Universidade Tecnológica de Hortolândia, no Estado de São Paulo.

A Comissão de Educação e Cultura reconheceu o mérito da proposta, mas viu-se impedida de aprová-la devido ao disposto na alínea “e”, do inciso II, do § 1º, do art. 61 da Constituição Federal.

Resolveu, portanto, a Comissão manifestar seu apoio à proposta, por intermédio da presente Indicação.

Relevantes argumentos foram arrolados na justificação do projeto de lei, que transcrevemos a seguir:

“Geograficamente, o Município de Hortolândia está localizado de forma estratégica entre os grandes pólos industriais, estando a 115Km da capital paulista e a menos de 24 Km do centro de Campinas, cidade com a qual faz divisa, dentro da Região Metropolitana de Campinas (RMC), que compreende ao todo 19 municípios.

Possui uma população de aproximadamente 200.000 habitantes e uma área de 62Km².

A Secretaria de Educação Municipal conta com 20 Unidades Escolares de Ensino Fundamental, atendendo 12.286 alunos, distribuídos em 403 classes e um Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), este último responsável por 1.941 alunos. Atualmente o município atende 176 crianças com necessidades especiais diferentes em escolas regulares de educação infantil e ensino fundamental; e/ou em centros especializados (CIER). A Educação Infantil atende hoje 8.081 crianças com idades entre 0 e 6 anos, possui 315 classes distribuídas em 23 escolas municipais de Educação Infantil, creche e pré-escola.

Por possuir em sua área territorial empresas de grande porte tecnológico, como IBM (tecnologia de informática), EMS (área farmacêutica), DOW CORNING (área química), MAGNETTI MARELLI (área automotiva), BSH (eletrodomésticos), BELGO MINEIRO – GRUPO ARCELOR (área metalúrgica), DELL (tecnologia de informática), WIKBOLD (área alimentícia), LANMAR (metalúrgica aeronáutica), entre outras; Hortolândia é considerada um pólo tecnológico no que diz respeito à tecnologia empresarial de ponta.

Devido a este grande número de empresas instaladas na cidade, subentende-se que há muitas vagas de empregos, fato que aumentaria a capacidade empregatícia dos municípios. Porém isso não é o que acontece na atualidade, pois a maioria dos habitantes de Hortolândia não possuem a formação exigida por essas mesmas empresas.

Inferimos então que a oferta de cursos universitários nas áreas abaixo poderia atender melhor a necessidade das indústrias locais e promover o desenvolvimento intelectual e técnico dos municípios de Hortolândia sendo essas:

. Eletrônica.

. Elétrica.

. Mecânica.

. Mecatrônica.

. Farmácia.

. Alimentícia.

Nesse cenário, capacitar profissionalmente a população de acordo com o perfil produtivo da região é medida essencial para garantir o desenvolvimento econômico e social da região metropolitana. Para isso, propomos a criação da Universidade Federal Tecnológica de Hortolândia, no que esperamos contar com o apoio dos nobres pares. “

Tais razões, Senhor Ministro, justificam, plenamente, a criação de instituição nos termos propostos, o que sugerimos à Vossa Excelência em nome da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado GASTÃO VIEIRA
Presidente da Comissão de Educação e Cultura